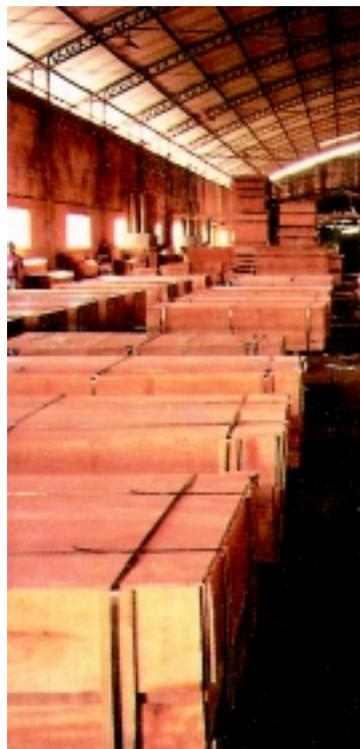


## O CITES apoia um Comércio Legal e Sustentável

O **CITES** reconhece que por algumas espécies um comércio sustentável pode, por si só, contribuir para a sobrevivência das espécies ao proporcionar valor e, por isso, incentivos económicos para a continuação da sua existência. Estas empresas podem dar emprego a muita gente nos países em vias de desenvolvimento que, de outra forma, dedicar-se-iam a outras práticas mais destrutivas, tais como a agricultura selvagem, que possa clarear totalmente as terras florestais destruindo as árvores. O trabalho das autoridades do **CITES** tanto nos países importadores como nos países exportadores pode ajudar a assegurar aos produtores, importadores,



armazenistas, retalhistas e consumidores dos produtos de madeira que o comércio regulamentado pelo **CITES** é legal e conduzido de forma a permitir a sustentabilidade das espécies. As listas do **CITES** não constituem uma interdição nem um boicote nem deverão ser interpretadas como tal. Antes pelo contrário, a documentação que pode demonstrar uma aquisição legal e uma produção sustentável poderá servir como um instrumento positivo de comercialização na era actual de maior consciencialização ambiental do consumidor na compra de produtos.

O **CITES** não é uma via de interdição ou de boicote



A *Convenção Internacional do Comércio das Espécies da Fauna e da Flora Selvagem em Perigo de Extinção (CITES)* é um

acordo internacional cujos termos e condições foram ratificados pelas 150 nações que fazem parte da organização. Foi negociado e assinado em 1973 e entrou em vigor em 1975. O trabalho da Convenção é realizado principalmente através de reuniões regulares da Comissão das Plantas, da Comissão dos Animais, da Comissão Regular (a qual tem funções administrativas) e da Conferência bianual dos Membros (COP's). Os participantes oficiais destes fóruns são delegados dos governos dos países membros. No entanto, as reuniões são geralmente abertas a todos os interessados e observadores acreditados que tenham interesse no assunto ou a todos aqueles que seguem o trabalho da Convenção. Os observadores podem estabelecer contacto livremente com os delegados e podem ter uma grande influência nos trabalhos dessas reuniões.

O **CITES** é administrado pelo **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Para mais informações contactar o Secretariado do **CITES**:

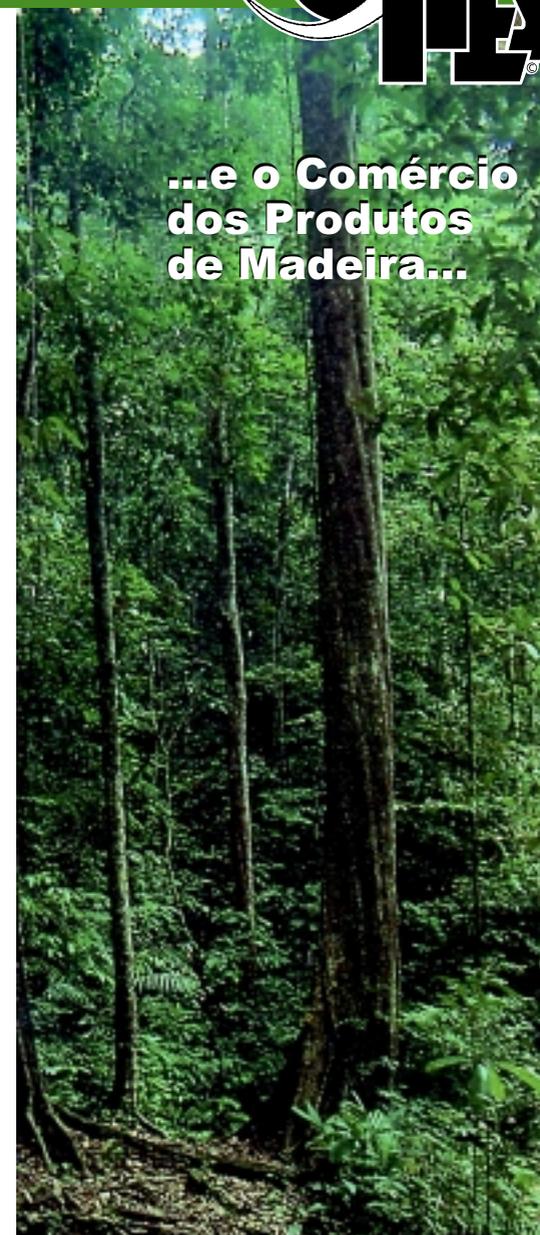
**CITES Secretariat**  
Geneva Executive Centre  
15 chemin des Anémones  
CH-1219 Chatelains  
Genebra, Suíça  
Tel.: (+4122) 917 8139/40  
FAX: (+4122) 797 3417  
E-mail: [cites@unep.ch](mailto:cites@unep.ch)  
Internet: [www.cites.org](http://www.cites.org)



3/2001



...e o Comércio dos Produtos de Madeira...



O que deverá conhecer sobre o assunto

## O CITES conserva os recursos

A *Convenção Internacional do Comércio das Espécies da Fauna e da Flora Selvagem em Perigo de Extinção (CITES)* regulamenta o comércio internacional de animais e plantas selvagens e dos seus produtos, quando é determinado que este comércio está a pôr ou poderá vir a pôr em perigo a continuação da sua sobrevivência no seu *habitat* natural. Depois de minuciosos estudos científicos e de debates abertos na Conferência dos Parceiros, pela proposta de um Estado membro, uma espécie pode ser incluída no Apêndice I ou II, se a proposta obtiver 2/3 da maioria. Remessas de espécies incluídas nos Apêndices do **CITES** necessitam de uma autorização para exportação. Esta autorização só pode ser emitida depois das Autoridades Administrativas e Científicas do país exportador terem determinado que a remessa foi *obtida legalmente* e que a sua exportação *não porá em risco a sobrevivência da espécie*. Estas exigências asseguram aos exportadores, importadores, armazenistas, retalhistas e consumidores que os produtos listados e devidamente documentados das espécies pelo **CITES** provêm de fontes legais e são produzidos de uma forma sustentável. Para além disso, alguns países tomaram a iniciativa de promulgar leis mais rigorosas para a importação de espécies mencionadas no Apêndice II.

O **CITES** promove Sustentabilidade



# O CITES e os

O **CITES** (A *Convenção Internacional do Comércio das Espécies da Fauna e da Flora Selvagem em Perigo de Extinção*) é uma convenção internacional que regula a comercialização e assegura a utilização sustentável das espécies. Ela luta arduamente para proteger certas plantas e animais que estão postos em risco pelo comércio internacional. A Convenção fornece três níveis de protecção.

## Apêndice I

O Apêndice I aplica-se para o controlo mais rigoroso do comércio. Este nível de protecção está reservado para aquelas espécies atualmente em perigo de extinção e que é, ou possa ser afetado pelo comércio. Não é permitido o comércio dos espécimens selvagens incluídos nesta lista para fins comerciais. No entanto, é permitido o comércio de espécimens *propagados artificialmente*. É necessária uma licença de exportação (*export permit*) emitida pelas Autoridades Administrativas do país exportador para comprovar que estes espécimens foram obtidos legalmente e a sua exportação não porá em risco a sobrevivência da espécie. Também é necessária uma *licença de importação* do país de destino. As espécies de madeiras actualmente incluídas na lista do Apêndice I são: *Araucaria araucana* (população chilena da araucária-do-chile), *Abies guatemalensis* (abeto guatemalteco), *Fitzroya cupressoides* (alerce chileno) e *Dalbergia nigra* (pau-rosa brasileiro).

**O Comercio legal não porá em risco a sobrevivencia da espécie**

As operações florestais são inspeccionadas para comprovação de que “não são prejudiciais” e estão em conformidade com a lei para fins de emissão de documentos



## Apêndice II

As espécies incluídas na lista do Apêndice II não estão postas em perigo de extinção mas, poderão vir a estar se o comércio não for regulamentado. É necessário obter uma *licença de exportação* do país de origem para assegurar que o comércio não é prejudicial para a sobrevivência da espécie. As espécies de madeiras actualmente incluídas na lista do Apêndice II são: populações não chilenas da *Araucaria araucana*, *Oreomunnea (Englehardia) pterocarpa* (nogueira das Caraíbas), *Pericopsis elata* (Afrormosia), *Pterocarpus santalinus* (pau-sândalo vermelho), *Swietenia humilis* (mogno das costas do Pacífico), *Swietenia mahogani* (mogno das Caraíbas), *Prunus africana* (cerejeira africana), *Aquilaria malaccensis* (madeira de agar), *Guaiacum officinale* (pau-santo comum) e *Guaiacum sanctum* (pau-santo de Hollywood).

Um carregamento a caminho do porto de embarcação no país de exportação



Os inspectores identificam o conteúdo do carregamento, verificam os documentos acompanhantes e inspeccionam as plantas para a detecção de doenças.



## Apêndice III

O Apêndice III inclui espécies indicadas por determinados países, num esforço para obter a cooperação internacional para controlar o comércio feito a partir desses países. Embora muitas das espécies incluídas nesta lista são específicas do país ou da região, o seu cumprimento é da responsabilidade comum de todos os países exportadores e importadores. O país que solicitou a inclusão da espécie na lista de espécies restritas deve emitir uma *licença de exportação* para acompanhar os carregamentos. Os países que não solicitaram a inclusão de uma espécie na lista das espécies restritas devem emitir um *certificado de origem CITES* para provar que o carregamento provém de outro país e não do aquele que solicitou a inclusão na lista das espécies restritas. Quatro espécies de árvores estão actualmente incluídas na lista do Apêndice III, nomeadamente a *Swietenia macrophylla* (mogno de folha grande).

Os produtos da madeira documentados e inspeccionados, então, aguardam a respectiva expedição para o seu destino final.



# Produtos de Madeira... um breve panorama

## Anotações...

são as notas ao pé da página das listas, indicando quais são as partes específicas ou os produtos derivados das espécies que estão sujeitos a restrições pela Convenção. A maior parte dos produtos indicados como espécies comerciais aplica-se apenas a troncos, madeira serrada e laminados. Produtos manufacturados ou sujeitos a processos de transformação mais elaborados tais como compensado e móveis normalmente não são abrangidos.

## Autorizações e certificados...

As autoridades nomeadas pelo **CITES** em cada país membro (consultar o folheto inserido) são os únicos emissores autorizados destes documentos. Qualquer comércio de espécimens do **CITES** sem documentos emitidos pelo **CITES** é considerado ilegal. A Autoridade Científica é responsável por determinar, com base na informação científica, se o comércio poderá pôr em risco a sobrevivência da espécie. Também deverá ser feita uma consulta judicial pela autoridade governamental para provar que os espécimens foram obtidos legalmente e de acordo com todas as leis e regulamentações governamentais de protecção de plantas e animais. Estas consultas judiciais poderão aplicar-se apenas a determinados carregamentos ou podem ter uma aplicação genérica e ser usados para estabelecer quotas de exportação ou limitações. Estas consultas judiciais também poderão servir como um valioso instrumento de comunicação para resolver problemas de sustentabilidade e alegadas actividades ilegais nas florestas.

**Uma Licença de Exportação assegura que os carregamentos do CITES sejam obtidos legalmente**

